

Jornalista Chissale é vítima de autoritarismo do Estado

- A detenção, há duas semanas, de Arlindo Chissale, em Cabo Delgado, foi mais do que uma simples privação de liberdade de um jornalista. Foi, isso sim, a continuação do autoritarismo do Estado contra a imprensa independente e qualquer pensamento livre, um quadro sombrio que se vem agravando desde que Filipe Nyusi chegou ao poder. Cabo Delgado é apenas o exemplo mais flagrante desse fechamento do espaço cívico em Moçambique.



Arlindo Chissale, do portal *online* "Pinnacle News", foi detido por forças governamentais, no dia 25 de Outubro, no distrito de Balama, parte sul de Cabo Delgado, a martirizada província que, desde 5 de Outubro de 2017, é o epicentro de uma guerra em parte explicada por mais de 45 anos de má governação da Frelimo e um subdesenvolvimento que empurrou milhares de jovens ao desespero, tornando-os presas fáceis para recrutamentos por grupos de extremistas violentos.

A informação tornada pública após a detenção de Arlindo Chissale indicava que o jornalista havia sido flagrado a captar imagens de instituições públicas do distrito de Balama, o que as autoridades terão interpretado como um acto com fins obscuros. Mas, aproximadamente 10 dias após a detenção do jornalista, que foi mantido incomunicável, em grosseira violação dos seus direitos, o Ministério Público, em Cabo Delgado, fez saber que Arlindo Chissale foi detido em conexão com um crime de ter-

rorismo, com particular destaque para a recolha de informação para a prática de actos terroristas.

Em conferência de imprensa, no dia 03 de Outubro, o porta-voz da Procuradoria provincial, Gilroy Fazenda, alegou que "o indivíduo que está detido não foi detido por ser jornalista ou por exercer a actividade de jornalismo", mas "como cidadão em conexão com um crime de terrorismo, com particular destaque para a recolha de informação para a prática de actos terroristas."

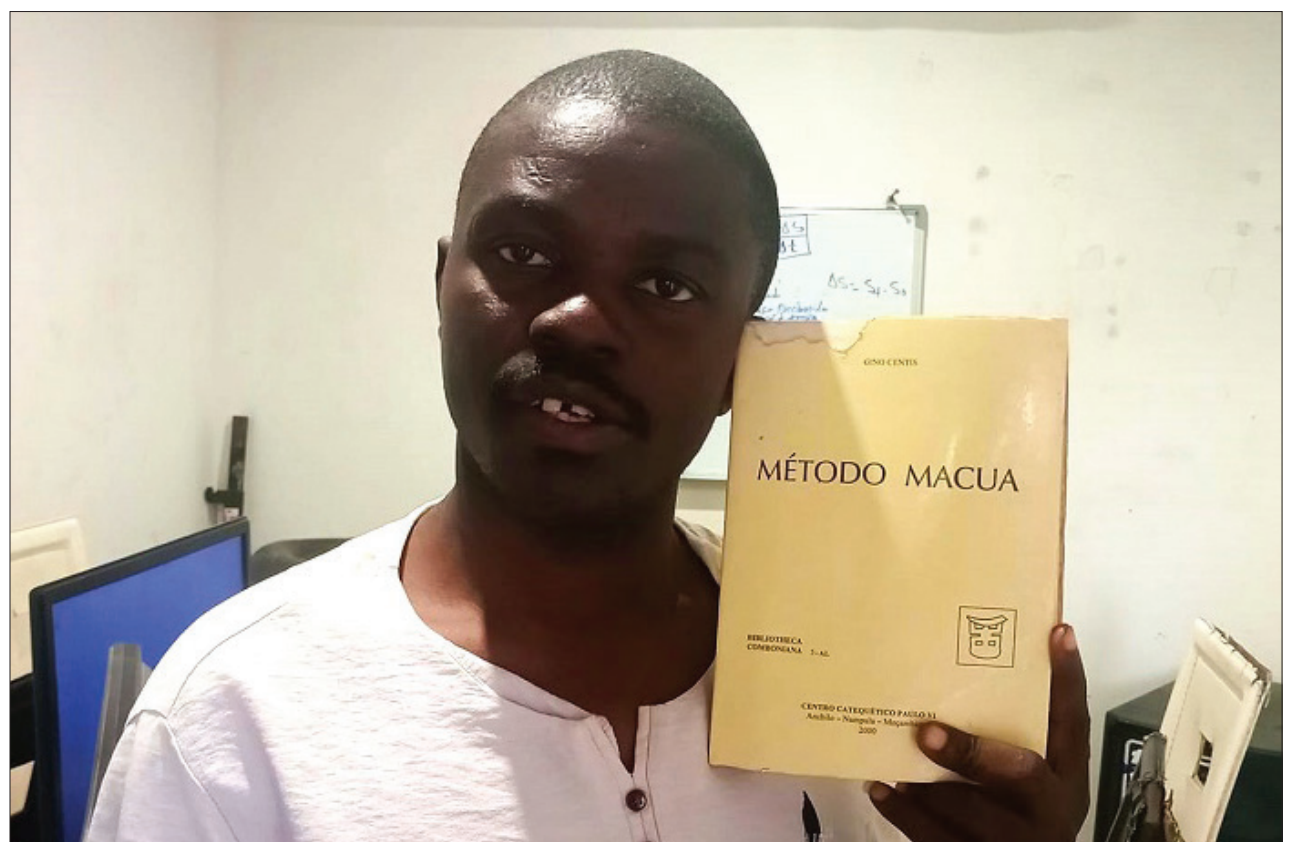
Cabo Delgado: exemplo de autoritarismo de Estado

Entretanto, a detenção de Arlindo Chissale surge num contexto de uma acentuada degradação do espaço cívico em Moçambique, incluindo graves atropelos à liberdade de imprensa e de expressão. E a guerra do norte de Moçambique tornou-se no exemplo mais flagrante de como, se dependesse do regime da Frelimo, a democracia ou seria suspensa ou limitar-se-ia ao unanimismo que Filipe Nyusi conseguiu impor no partido no poder, com recurso a perseguições e ameaças, como aconteceu, recentemente, com Castigo Langa, que foi ostracizado simplesmente por ter aconselhado o Presidente a respeitar a Constituição, não concorrendo a um terceiro mandato.

Desde o início do conflito do norte de Moçambique que o Governo nunca permitiu, tanto a cobertura jornalística independente, como qualquer outro posicionamento crítico sobre o fenómeno. Antes da chegada das tropas estrangeiras, quando as Forças de Defesa e Segurança de Moçambique perdiam a guerra quase em toda a linha para o inimigo, o Governo acreditou que podia ocultar as suas fragilidades criando um *blackout* informativo sobre o que se passava em Cabo Delgado.

Para o efeito, lançou sérios ataques contra o jornalismo que se colocou a escrutinar a actuação das FDS, elas próprias vítimas de desinvestimento e esquemas de corrupção que até tornaram um sector nevrálgico como a defesa e segurança numa instituição incapaz de defender a soberania nacional. Os ataques contra o jornalismo manifestaram-se na forma de perseguições, detenções e até desaparecimento de profissionais de comunicação social.

Amade Abubacar foi um dos casos mais célebres. Quando foi preso pelas FDS, no dia 5 de Janeiro de 2019, o repórter da Rádio Comunitária de Macomia não recolhia informação para a prática de actos terroristas, nem negociava aluguer de quartos para terroristas, como o Ministério Público acusa, agora, Arlindo Chissale. Pelo contrário, o repórter estava a entrevistar população deslocada,



que acabava de abandonar suas zonas de origem, na parte costeira de Macomia, justamente porque as FDS tinham falhado, uma vez mais, a sua missão de garantir a ordem e defender os cidadãos.

Mas o caso de Amade Abubacar não foi o único. Aliás, um mês depois, seu colega na Rádio Comunitária de Macomia, Adriano Germano, também viria a ser detido, a 15 de Fevereiro, também sem razões plausíveis. Os dois repórteres foram acusados, sem evidências, de crimes como instigação pública com uso de meios informáticos a favor de terroristas, injúria contra agentes da força pública, crime contra organização do Estado e crime contra a ordem e tranquilidade públicas. Mas, mais tarde, passou a constar no processo que os dois jornalistas eram acusados de "difundir mensagens desabonatórias contra os membros das Forças Armadas de Defesa de Moçambique".

A 7 de Abril de 2020, um outro repórter que cobria os acontecimentos de Cabo Delgado,

no caso Ibrahimo Mbaruco, da Rádio Comunitária de Palma, era raptado em plena vila distrital. Na sua última mensagem enviada por SMS, o repórter informava que estava cercado por militares. Mais de dois anos após o seu desaparecimento, desconhece-se o paradeiro de Mbaruco e o Governo, o principal suspeito no rapto do repórter, não mostra o mínimo interesse para o esclarecimento do caso. Tantos outros jornalistas, nacionais e estrangeiros, foram retidos e proibidos de reportar a guerra em Cabo Delgado. O repórter *freelancer*, Estácio Valoi, e jornalistas da Reuters, são alguns dos exemplos.

Mas o autoritarismo do Estado em Cabo Delgado não se limita ao jornalismo. Em bom rigor, o Governo nunca permitiu qualquer que fosse a abordagem crítica sobre o conflito. O então bispo de Pemba, Dom Luiz Lisboa, que se tinha transformado na voz dos sem voz em Cabo Delgado foi um dos mais atacados devido à sua postura crítica ao conflito no norte de Moçambique.

Lisboa, que não tinha receios em apontar a má governação como um dos factores explicativos da guerra, e o fracasso governamental na sua resolução, chegou a ser atacado publicamente pelo próprio Presidente da República, Filipe Nyusi, lamentando “por aqueles moçambicanos que, bem protegidos, levam, ao ânimo leve, o sofrimento dos que os protegem, incluindo alguns estrangeiros que, livremente, preferiram viver em Moçambique, mas que, em nome camuflado dos direitos humanos, não respeitam o sacrifício dos que

mantêm erguida esta jovem pátria e garantir a sua estadia em Cabo Delgado e em Moçambique, em geral”.

Por estas e mais razões, o CDD entende que a argumentação da Procuradoria provincial de Cabo Delgado sobre alegada conexão de Arlindo Chissale com crime de terrorismo é apenas um expediente para legitimar a detenção de um dos jornalistas mais incómodos na cobertura do conflito de Cabo Delgado. Arlindo Chissale é, pois, dos poucos jornalistas que tem estado a reportar a evo-

lução e as dinâmicas dos ataques de Cabo Delgado a Nampula, passando por Niassa, duas províncias também do norte para onde o extremismo violento se expandiu, perante a incapacidade das FDS e, agora, do apoio de tropas estrangeiras.

Nos seus escritos, Chissale, um dos mais destemidos repórteres sobre Cabo Delgado, tem revelado detalhes impressionantes sobre o conflito, mostrado como o inimigo tem avançado e as FDS falhado no combate ao extremismo violento.



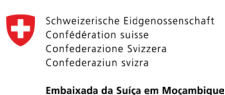
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: CDD
Equipa Técnica: Emídio Beúla , Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

